



**PROJETO DE LEI Nº 030/2022, DE 08 DE ABRIL DE 2022.**

Câmara Municipal de Querência - MT



PROTOCOLO GERAL 202/2022  
Data: 13/04/2022 - Horário: 08:05  
Legislativo

**Institui o Programa de Valorização da Cultura, do Turismo e da Vocação Agrícola do Município de Querência, dentre outras providências correlatas.**

Fernando Gorgen, Prefeito de Querência – MT, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a emitir o Certificado de Valorização da Cultura, Turismo e da Vocação Agrícola de QUERÊNCIA/ MT, oriundos das atividades de agroindústrias, da agricultura familiar, da produção colonial, dos produtos artesanais e dos serviços de hospedagem, turismo e culinária no âmbito do município.

Parágrafo único: O Certificado de Valorização da Cultura, Turismo e da Vocação Agrícola de QUERÊNCIA/ MT será denominado como: É DE QUERÊNCIA.

**Art. 2º** O Certificado de que trata o artigo primeiro será concedido pelo Comitê Gestor do Programa, constituído por representantes dos seguintes segmentos:

I- Um representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Reforma Agrária;

II - Um representante da Secretaria Municipal de Saúde;

III - Um representante da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, Turismo e Ciência e Tecnologia;

IV – Um representante da Comissão dos Feirantes Municipais;

V–Um representante da agricultura familiar indicado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS;

Parágrafo único: Podem ser convidadas outras instituições do município, de acordo com a necessidade.

**Art. 3º** Os integrantes do Comitê Gestor, constante no artigo 2º, serão eleitos em reuniões específicas de cada conselho.

**Art. 4º** A condução dos trabalhos administrativos é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Reforma Agrária.

**Art. 5º** A nomeação do Comitê Gestor do Programa será realizada por ato administrativo do poder executivo local, por meio de portaria ou decreto.

**Art. 6º** O Certificado será concedido ao requerente mediante prévia inspeção pela Vigilância Sanitária Municipal e Serviço de Inspeção Municipal - SIM, do local de produção ou prestação de serviço, manipulação, beneficiamento, armazenamento e expedição de produtos.



**Art. 7º** O Certificado de Agroindústrias, da Agricultura Familiar, da produção Colonial, dos produtos Artesanais e dos serviços de hospedagem, turismo, lazer e culinária de que trata essa lei destacará e será concedido para os seguintes setores e atividades:

- I - Agroindústria familiar;
- II - Artesanato local;
- II - Fruticultura;
- III - Olericultura;
- IV - Agricultores Familiares e pequenos produtores;
- V - Unidade de produtos de abelhas e seus derivados;
- VI - Unidade de pescado e seus derivados;
- VII - Unidade de ovos e seus derivados;
- VIII - Unidade de processamento de frutas e vegetais, para a fabricação de compotas, geleias, doces, conservas e polpas;
- IV - Unidade de processamento de leite e seus derivados, inclusive as demais espécies produtoras de leite e derivados que não a bovina;
- X - Unidade de carne e derivados;
- XI - Unidade de processamento de derivados da mandioca, da cana e do milho e amendoim;
- XII - Demais Agroindústrias e unidades de processamento, devidamente regulamentadas;
- XIII - Indústria artesanal de fabricação de biscoitos, bolachas, bolos, tortas, pães e demais produtos panificados;
- XIV – Pousadas e pensões rurais;
- XV – Restaurantes Rurais;
- XVI – Pesque-pague e similares.

**Art. 8º** Para a certificação das atividades previstas nos incisos XIV e XV deverá ser elaborado um estudo técnico com ênfase a identificar as características culturais existentes na prestação do serviço.

**Art. 9º** O Certificado será concedido aos produtos oriundos de pessoas físicas e pessoas jurídicas.

**Art. 10º** A disponibilização do certificado tem como objetivo somente garantir a origem, procedência e rastreabilidade dos produtos comercializados e o respeito a cultura do município de QUERÊNCIA nos serviços prestados.

**Art. 11.** Será concedido o Certificado de Agroindústrias, da Agricultura Familiar, da produção Colonial, dos produtos Artesanais e dos serviços de hospedagem, turismo e culinária - de QUERÊNCIA/ MT aos produtos que preencherem os seguintes requisitos:

- I - serem produzidos, processados e embalados no município de QUERÊNCIA/ MT;
- II - estarem em conformidade com as normas sanitárias, ambientais e fiscais e apresentarem laudo favorável a inclusão no Programa de Procedência, expedido pelo Comitê Gestor;





III - atender padrões técnicos de produção, compatíveis com suas respectivas áreas de atuação conforme regulamentação específica do poder executivo;

IV - apresentar requerimento de inclusão no Programa de Certificação de Procedência dos produtos e serviços produzidos e processados pela agricultura familiar e empreendedores do município de QUERÊNCIA/ MT;

V - agricultores familiares que apresentarem Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) e/ou declaração de atividade rural expedido pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, por associação/cooperativa de agricultores da qual faça parte ou ainda por órgãos/entidades que prestem serviço de assistência técnica e extensão rural, sendo admitidos ainda como comprovantes da atividade rural contrato de concessão e uso (CCU) da terra, Título de Domínio (TD) da terra, contrato de parceria agrícola e contrato de arrendamento rural devidamente reconhecidos firmas cartorárias;

VI - apresentar certidão negativa com o fisco municipal, telefone para contato, cópias do RG e CPF, comprovante de residência, quando pessoa jurídica, os documentos pessoais dos representantes legais, o cartão CNPJ e quando for o caso o estatuto social, ata de fundação, ata de composição de diretoria atualizada, devidamente registrados no cartório competente;

VII - apresentar desenho técnico ou a mão do local de produção (croqui), com os equipamentos utilizados e descrição pormenorizada da produção/ processamento do produto, incluindo registro fotográfico do produto final, quando necessário.

**Art.12.** Aos produtores/artesãos será obrigatório para os produtos de origem animal, o registro no Serviço de Inspeção conforme a área de comercialização, podendo ser municipal, estadual ou federal, para promover melhorias das condições higiênicos-sanitárias das unidades de produção, conforme número da Lei de criação ou decreto de regulamentação do SIM - QUERÊNCIA/ MT.

**Art. 13.** Caberá a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Reforma Agrária, por meio do Serviço de Inspeção Municipal-SIM, em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde, criar os regulamentos próprios para a inclusão dos produtos alimentícios artesanais da agricultura familiar, destinado a atender os produtores individuais e as unidades fabricantes de produtos alimentícios artesanais do município.

**Art. 14.** Para efeito de conhecimento e cadastro de produtos artesanais alimentícios, definem-se como sendo aqueles produzidos com características tradicionais e culturais do município e em conformidade com as legislações sanitárias para alimentos, cuja forma de produção não seja caracterizada como industrial.

**Art. 15.** No controle de qualidade do programa dos produtos artesanais será analisado, no mínimo, duas amostras de cada produto certificado no período de um ano, devendo o fabricante fornecer tantas amostras a mais quanto forem necessárias, sempre que solicitado pelo órgão fiscalizador.

**Art. 16.** O controle e a elaboração do modelo da arte do certificado ficará a cargo do Comitê Gestor do Programa de Certificação, que contara com o apoio do Serviço de Inspeção Municipal em





conjunto com o departamento de Vigilância Sanitária, para determinação de suas especificações, critérios.

**Art. 17.** O certificado será compatível com a diversidade de embalagens dos produtos, sendo, preferencialmente, impresso na rotulagem, e permitido o autoadesivo. Critérios obrigatórios da rotulagem deverão ser mantidos conforme a lei, as seguintes informações:

- I - Prazo de validade e data de fabricação, quando couber;
- II - Nome e endereço do produtor ou do prestador do serviço;
- III - Especificação e composição do produto ou serviço;

**Art. 18.** Os produtores responsáveis pelos estabelecimentos devem cumprir os seguintes requisitos:

- I - participar anualmente e sempre que convidados, de cursos e treinamentos para o aperfeiçoamento dos processos de produção e qualidades dos produtos, visando a proteção a saúde da população e aos respeitos culturais e tradições locais.
- II - aceitar a visita da equipe especializada da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Reforma Agrária por meio do Serviço de Inspeção Municipal-SIM, em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde por meio do departamento de Vigilância Sanitária e da Secretaria de Indústria e Comércio, Turismo e Ciência e Tecnologia.
- III - participar de feiras, exposições e demais eventos de divulgação do Programa de Valorização dos produtos e serviços, produzidos e processados pela agricultura familiar.
- IV - zelar pela marca do Certificado de Valorização da Cultura, Turismo e da Vocação Agrícola de QUERÊNCIA/ MT e pela qualidade dos produtos representados pelo Programa, adotando todas as técnicas recomendadas para a produção das matérias primas e para a industrialização dos produtos com qualidade, bem como utilizar rótulos apropriados contendo obrigatoriamente as informações conforme artigo 17º e demais leis vigentes.

Parágrafo único. O agricultor familiar ou empreendedor, com atividades previstas no artigo 4º dessa lei, que estiver cadastrado no Programa deverá assinar termo se responsabilizando pela qualidade de seu produto/serviço e respeito as culturas tradicionais de QUERÊNCIA/ MT.

**Art. 19.** Os produtores deverão armazenar os laudos resultantes das vistorias do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, do Departamento de Vigilância Sanitária e laudos técnicos da cultura e seguir suas recomendações.

**Art. 20.** O empreendimento será suspenso do Programa sempre que não cumprir com os dispositivos previstos nessa lei, consequentemente suspensão da autorização e uso do Certificado de Valorização da Cultura, Turismo e da Vocação Agrícola de QUERÊNCIA/ MT, até que seja sanada a irregularidade e readmitido no Programa.



**Art. 21.** Os custos com a confecção e reprodução do selo impresso, a venda dos produtos, entrega e controle dos produtos nos estabelecimentos de revenda ficam ao encargo do produtor e/ou empreendedor.

**Art. 22.** Os produtos devem ser produzidos, manuseados, transportados e comercializados sob condições que assegurem a integridade e qualidade sanitária, conforme o que determina o Código de Vigilância Sanitária e os Serviço de Inspeção.

**Art. 23.** Os serviços devem ser prestados conforme orientação da Secretaria de Indústria Comércio, Turismo e Ciência e Tecnologia, sempre respeitando a cultura e os hábitos tradicionais do município.

**Art. 24.** As despesas decorrentes da execução da presente lei ficarão a cargo de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

**Art. 25.** O Poder Executivo regulamentará os atos pertinentes para a correta execução do programa no prazo de 60 dias a partir da sua publicação.

**Art. 26.** Essa lei entre em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência – MT, 08 de abril de 2022.

  
**FERNANDO GORGEN**  
Prefeito Municipal





**MENSAGEM AO LEGISLATIVO**  
**PROJETO DE LEI Nº 030/2022**

**Assunto: Dispõe sobre a Instituição do Programa de Valorização da Cultura, do Turismo e da Vocação Agrícola do Município de Querência, dentre outras providências correlatas.**

Senhor Presidente da Câmara Municipal,  
Senhores Vereadores.

Encaminhamos para apreciação dessa Colenda Casa de Leis o Projeto de Lei supracitado, o qual objetiva estabelecer um certificado de valorização da cultura, do turismo e da vocação agrícola dos produtos oriundos do nosso município.

Desta forma, tal certificação tem como propósito fomentar o desenvolvimento humano, econômico, social e local do município que respeite as tradições, os hábitos alimentares e a vocação da nossa agricultura. A regulamentação, por meio da certificação ora proposta, se revela como um instrumento hábil e eficaz, reunindo os empreendedores locais o que representará um diferencial aos pequenos negócios de diversos ramos.

Ademais, garantirá a nossa sociedade o consumo e contratação de serviços que foram inspecionados e por consequência asseguram a qualidade alimentar e das boas práticas de manipulação em todos os estágios.

Neste sentido, a criação de uma estrutura normativa aos pequenos negócios municipais, valorizando e respeitando os produtos locais, bem como a cultura e a vocação agrícola, resultará em um desenvolvimento bairrista, despertando o sentimento e interesse da população em consumir produtos oriundos de nosso município.

Portanto, ante o exposto, solicitamos que a Vossa Excelência e Membros desta Augusta Casa de Leis apreciem e aprovem o Projeto de Lei, que acompanha a presente mensagem.

Aproveitamos o ensejo para reiterar a Vossa Excelência e demais Edis, as expressões sinceras de respeito e admiração.

Atenciosamente,



**FERNANDO GORGEN**  
Prefeito Municipal